

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
(Em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em Recuperação Judicial, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, às demonstrações contábeis, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados na Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram executadas as seguintes ações previstas nos planos: i) captação de empréstimos DIP; ii) alienação da UPI Fase B e UPI Brasil PCH; iii) alienação da UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos ventos que aguarda cumprimento das condições; iv) quitação de empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento; e v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A. A Controladora e suas controladas vem atendendo ao previsto nos Planos, sendo os eventuais recursos e questionamentos defendidos com êxito pela Administração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas, sobre as quais emitimos relatório como modificação quanto a ausência de aprovação das demonstrações contábeis e destinação dos resultados de exercícios anteriores. Com a aprovação em Assembleia Geral Ordinária das demonstrações contábeis e destinação dos resultados de exercícios anteriores essa modificação não é mais necessária.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de agosto de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa		
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.574	13.743	Fornecedores	7	7.536	8.470
Aplicações financeiras	3	4.028	24.232	Tributos a recolher	8	4.566	511
Contas a receber de clientes	4	5.773	4.070	Partes relacionadas	9	2.413	514
Tributos a recuperar	5	6.222	5.763	Provisão para contrato oneroso	10	23.465	17.854
Outros créditos	6	-	467	Total do passivo circulante		37.980	27.349
Total do ativo circulante		<u>30.597</u>	<u>48.275</u>				
NÃO CIRCULANTE							
Partes relacionadas	9	-	874	NÃO CIRCULANTE			
				Fornecedores	7	545	548
				Tributos a recolher	8	2.840	3.531
				Partes relacionadas	9	171.709	187.000
				Provisão para contrato oneroso	10	-	481
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	11	50.849	-
				Total do passivo não circulante		225.943	191.560
TOTAL DO ATIVO							
		<u>30.597</u>	<u>49.149</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	12		
				Capital social		528.345	528.345
				Prejuízos acumulados		(761.671)	(698.105)
				Total do patrimônio líquido negativo		(233.326)	(169.760)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO							
						<u>30.597</u>	<u>49.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITA LÍQUIDA	13	49.583	23.369
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia		(71.943)	(32.439)
Custo de operação		(24)	(9)
Total	14	(71.967)	(32.448)
RESULTADO BRUTO		<u>(22.384)</u>	<u>(9.079)</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(53.262)	(2.158)
Outras receita e despesas		15.690	14.961
Total	14	(37.572)	12.803
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(59.956)</u>	<u>3.724</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		685	220
Despesas financeiras		(543)	2.046
Total	15	142	2.266
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(59.814)</u>	<u>5.990</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	(3.752)	(4)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u><u>(63.566)</u></u>	<u><u>5.986</u></u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (expressos em reais R\$)		(0,12)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(63.566)	5.986
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(63.566)	5.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		528.345	(704.091)	(175.746)
Lucro líquido do exercício		-	5.986	5.986
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		528.345	(698.105)	(169.760)
Prejuízo do exercício		-	(63.566)	(63.566)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	12	<u><u>528.345</u></u>	<u><u>(761.671)</u></u>	<u><u>(233.326)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(63.566)	5.986
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins		-	(285)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	9	87	(2.068)
Provisão (reversão) para contrato oneroso	10	5.130	(14.734)
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	11	50.849	-
Juros sobre aplicações financeiras		(386)	(184)
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		204	63
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(1.703)	(4.062)
Tributos a recuperar		(459)	(965)
Outros créditos		467	5.199
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(943)	8.296
Tributos a recolher		3.166	(915)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(7.154)	(3.669)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		20.590	(20.377)
Partes relacionadas	9	-	(1.083)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		20.590	(21.460)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		(12.605)	38.008
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(12.605)	38.008
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>831</u>	<u>12.879</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	13.743	864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	14.574	13.743
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>831</u>	<u>12.879</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácas, foi constituída em 8 de novembro de 2012, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Companhia é controlada pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, que inclui a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a controladora Renova Energia executou as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A., no valor de R\$ 350.000;
- ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH;

- iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 18.2);
- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;
- v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Seis parques estão em operação comercial e quatro em operação teste. Até setembro de 2022 todos os demais estarão em operação comercial;

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe II conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Juros	Saldo em 31/12/2020	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Classe III - credores quirografários	556	2	558	6	(11)	553

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1 ^a parcela semestral	2 ^a parcela semestral	Ano	1 ^a parcela semestral	2 ^a parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente ditos.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$63.566 (2021, lucro líquido de R\$5.986), e possui prejuízos acumulados de R\$761.671 (2021, R\$698.105), bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$7.383.

O plano de recuperação judicial permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do Grupo Renova, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com os planos de recuperação judicial do Grupo Renova (i) a controladora Renova Energia está trabalhando na finalização da construção dos seus parques eólicos, com 16 deles em operação comercial e 4 em operação teste, (ii) em 05 de abril de 2021, concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante posteriormente ajustado de R\$ 59.807, reforçando o caixa para cumprimento do plano, (iii) em 01 de dezembro de 2021, concluiu a alienação da UPI Brasil PCH, no valor de R\$ 1.009.437, e com esse recurso pagou os credores do grupo conforme previsto nos planos, (iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos junto a potenciais interessados (nota 18.2), e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$387.556.

Ademais, a administração da Companhia segue empenhada na conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. As operações testes foram iniciadas em dezembro de 2021, e hoje existem 16 parques em operação comercial, adicionando 273,3 MWs de potência instalada ao sistema nacional, despachados a partir das Subestações Pindaí II e Igaporã. Além disso, conta com 63,6 MWs em operação teste.

A conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, deverá acontecer até o final do quarto trimestre de 2022, totalizando investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões em 155 aerogeradores, 4 subestações e 208 km de linhas de transmissão, distribuídos em 26 projetos, em 6 municípios do estado da Bahia (Caetité, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi e Guanambi). O conjunto terá capacidade instalada de 432,7 MW de energia.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

O Grupo Renova, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção dos seus parques eólicos que gerarão energia para atender ao mercado regulado e ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 30 de agosto de 2022, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A seguir demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 3);
- Aplicações financeiras (nota 3); e
- Transações com partes relacionadas (nota 9).

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedor (nota 7); e
- Transações com partes relacionadas (nota 9).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	55	60
Aplicações financeiras de liquidez imediata	18.547	13.683
Aplicações financeiras	-	24.232
Total	18.602	37.975

Apresentados como:

Caixa e equivalentes de caixa	14.574	13.743
Aplicações financeiras	4.028	24.232
Total	18.602	37.975

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxa média de 95,50% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Comercialização Mercado livre	5.773	4.070

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
COFINS a recuperar	1.089	984
PIS a recuperar	238	214
Saldo a compensar IRPJ	4.895	4.563
Outros impostos a compensar	-	2
Total	6.222	5.763

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de IRRF a compensar IRPJ decorre principalmente dos valores retidos sobre as operações de mútuo entre as companhias do Grupo Renova. Os créditos de PIS e COFINS a recuperar são decorrentes das operações de compra e venda de energia. Este montante será compensado com débitos de tributos federais apurados ao longo de 2022.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2020</u>
Alto Sertão II	406
Outros	61
Total	467

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$406, refere-se a valores a receber das empresas do Alto Sertão II no âmbito do contrato de compra e venda de energia elétrica firmado entre as partes.

7. FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	7.527	8.460
Fornecedores recuperação judicial	554	558
Total	8.081	9.018

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes a compra de energia no mercado livre, bem como o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1.

O saldo de fornecedores foi segregado de acordo com o plano de recuperação judicial aprovado.

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos sobre operações de mútuo	17	-
CSLL a pagar	995	-
IRPJ a pagar	2.710	-
Tributos em parcelamento	3.684	4.042
TOTAL	7.406	4.042
Apresentados como:		
Circulante	4.566	511
Não circulante	2.840	3.531
	7.406	4.042

Em 2019, a Companhia incluiu os saldos a pagar de IRRF e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a Companhia incluiu os saldos a pagar de COFINS, IRRF e IOF sobre mútuo existentes até aquela data, no programa de parcelamento junto a PGFN, por meio de transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações, e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O montante de débitos parcelados pela Companhia segue apresentado na linha "Tributos em parcelamento" no quadro acima.

Os saldos de IRPJ e CSLL a Pagar decorrem do resultado tributável apurado pela Companhia em decorrência do recebimento de valores de resarcimento de gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização com determinadas empresas coligadas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1. Mútuo e rateio:

	Ativo	Passivo	Resultado			
			31/12/2020	31/12/2021	Despesa	Resultado Financeiro
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mútuo ^(a)						
Renova Energia S.A.	874	(156.229)	(36.889)	-	-	(80) (118)
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	-	(608)	(608)	-	-	- 8
Energética Serra da Prata S.A.	-	(14.872)	(14.866)	-	-	(7) 211
Chipley SP Participações S.A.	-	-	(134.637)	-	-	- 1.967
	874	(171.709)	(187.000)	-	-	(87) 2.068
Rateios de despesa ^(b)						
Total	874	(174.122)	(187.514)	(1.908)	(1.560)	(87) 2.068

9.2 Resumo das operações

As principais condições das operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Mútuos

Ativos: correspondem a mútuos realizados para a controladora Renova Energia com o objetivo de suprir a sua necessidade de caixa.

Passivos: correspondem a mútuos realizados com as partes relacionadas apresentadas no quadro com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia.

Esses contratos de mútuos estão sujeitos a correção pela TR e sem garantias reais.

b) Rateio de despesa

Refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

c) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

c.1 Contrato Light I, com fornecimento de energia para a CEMIG GT até agosto de 2035.

(i) Operação de compra e venda de energia, no âmbito do contrato Light I, com fornecimento de energia para a CEMIG GT até agosto de 2035. Conforme proposto pela CEMIG GT e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, as obrigações previstas nesse contrato estão suspensas até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 06 de maio de 2022 a Cemig GT deixou de ser parte relacionada do Grupo Renova (nota 18.1.1)

9.3 Movimentação

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>996</u>	<u>152.779</u>
Adição	1.364	124.973
Amortização	(281)	(86.965)
Amortização do mútuo com rateio de despesa	(1.196)	(1.196)
Encargos financeiros provisionados	(9)	(2.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>874</u>	<u>187.514</u>
Adição	-	25.909
Amortização	(874)	(39.388)
Encargos financeiros provisionados	-	87
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>174.122</u>

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

10. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a Companhia mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. O contrato está incluso no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesse contrato estava inferior ao preço da energia que estava sendo comprada para atendê-lo, a Companhia identificou esse contrato como oneroso.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$23.465, (R\$18.335, em 31 de dezembro de 2020), assim a Companhia realizou provisão complementar de R\$5.130.

11. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Refere-se a procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Companhia envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Companhia, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.195.

Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem ("Câmara FGV") por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do referido contrato.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar requerida determinando a reativação imediata do contrato.

Paralelamente, visando a nulidade da sentença arbitral e a manutenção de contrato essencial ao Plano de Recuperação Judicial, em 16 de maio de 2022 a Companhia ajuizou Ação Anulatória de Sentença Arbitral (processo nº 1048991-15.2022.8.26.0100), tendo a LightCom apresentado defesa e a Companhia réplica.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

12.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$528.345 e está representado por 528.344.873 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

12.2. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(63.566)	5.986
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	528.345	528.345
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	<u>(0,12)</u>	<u>0,01</u>

13. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Comercialização		
Operações - comercialização de energia elétrica	54.637	25.751
(-) Impostos s/receita (PIS/COFINS)	<u>(5.054)</u>	<u>(2.382)</u>
Total	<u>49.583</u>	<u>23.369</u>

14. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	31/12/2021	31/12/2020		
	Custo dos serviços	Despesas	Custo dos serviços	Despesas
<u>Compra de energia⁽¹⁾</u>	71.943	-	32.439	-
<u>Custo de operação</u>				
Taxes	24	-	9	-
Total custo	<u>71.967</u>	<u>-</u>	<u>32.448</u>	<u>-</u>
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	-	1.372	-	1.193
Serviços de terceiros	-	526	-	316
Contingências cíveis (nota 11)	-	51.195	-	-
Outras despesas	-	169	-	649
	<u>-</u>	<u>53.262</u>	<u>-</u>	<u>2.158</u>
<u>Outras despesas (receitas), líquidas</u>				
Indenizações contratuais ⁽²⁾	-	(20.770)	-	-
Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins ⁽³⁾	-	-	-	(285)
Provisão (reversão) para contrato oneroso (nota 10)	-	5.130	-	(14.734)
Outras despesas (receitas)	-	(50)	-	58
	<u>-</u>	<u>(15.690)</u>	<u>-</u>	<u>(14.961)</u>
Total	<u>71.967</u>	<u>37.572</u>	<u>32.448</u>	<u>(12.803)</u>

(1) Refere-se a aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques eólicos em atraso na sua operação comercial.

(2) Valor recebido das empresas do Alto Sertão III à título de resarcimento pelos gastos com compra de energia relacionado a contratos de comercialização firmados com a Companhia Líquido de pis e cofins.

(3) Em 31 de dezembro de 2020, foi revertido parte da provisão para redução ao valor realizável dos créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$285, os quais foram utilizados para compensar débitos de pis e cofins apurados sobre a receita financeira de juros auferidos nas operações de mútuo.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	386	184
Atualização dos tributos a compensar	332	-
Juros recebidos - partes relacionadas (nota 9)	-	5
Outras receitas financeiras	-	56
(-) Pis/Cofins s/ receita financeira	<u>(33)</u>	<u>(11)</u>
	<u>685</u>	<u>234</u>
Receitas financeiras PRJ		
Juros recebidos - partes relacionadas (nota 9)	-	(14)
Total das receitas financeiras	<u>685</u>	<u>220</u>
Despesas financeiras		
Juros - partes relacionadas (nota 9)	(87)	(109)
IOF	(241)	(691)
Juros	(211)	(71)
Outras despesas financeiras	<u>(4)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(543)</u>	<u>(876)</u>
Despesas financeiras PRJ		
Juros - partes relacionadas (nota 9)	-	2.186
Juros	<u>-</u>	<u>736</u>
	<u>-</u>	<u>2.922</u>
Total das despesas financeiras	<u>(543)</u>	<u>2.046</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>142</u></u>	<u><u>2.266</u></u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(59.814)	5.990
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	20.337	(2.037)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	(95)	(19)
<u>Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:</u>		
Provisões temporárias	(19.079)	6.096
Prejuízo fiscal e base negativa	(4.915)	(4.044)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u><u>(3.752)</u></u>	<u><u>(4)</u></u>
A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:		
Prejuízo fiscal do exercício	(19.193)	(11.899)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	4.737	7
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u><u>(522.944)</u></u>	<u><u>(511.052)</u></u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(537.400)</u></u>	<u><u>(522.944)</u></u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas apresentadas abaixo:

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixas	14.574	13.743	14.574	13.743
Aplicações financeiras	4.028	24.232	4.028	24.232
Contas a receber	5.773	4.070	5.773	4.070
Não circulante				
Partes relacionadas	-	874	-	874
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.536	8.470	7.536	8.470
Partes relacionadas	2.413	514	2.413	514
Não circulante				
Fornecedores	545	548	545	548
Partes relacionadas	171.709	187.000	171.709	187.000

b)

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	14.574	-	13.743	-
Aplicações financeiras	4.028	-	24.232	-
Contas a receber de clientes	5.773	5.773	-	4.070
Não circulante				
Partes relacionadas	-	-	874	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	7.536	-	8.470
Partes relacionadas	-	2.413	-	514
Não circulante				
Fornecedores	-	545	-	548
Partes relacionadas	-	171.709	-	187.000

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrupa a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

18.1 Mudança da composição do controle da controladora Renova Energia

18.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Companhia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

18.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON	Ações PN	Total de Ações			
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.165.861	52,53%	53.958.180	100,00%	83.124.041	75,93%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestrategia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,75%	109.480.048	100,37%

¹Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

18.2 Venda de ativos

18.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relaciona Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

Descrição	Valor
Valor da venda ajustado*	244.536
Custo do investimento	(125.949)
Ganho antes dos outros custos e provisões	118.587
Outros custos na venda(a)	(4.909)
Ganho na alienação	113.678

(*) Valor da venda ajustado corresponde ao valor da venda menos a parcela retida para eventuais ajustes de preço.

Uma parcela correspondente a 8% do preço permanecerá reservada para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

Adicionalmente, em 11 de julho de 2022 a controladora Renova Energia recebeu o montante de R\$29.606 referente a parcela reservada para eventuais ajustes de preço corrigida.

18.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2^a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

* * *

Daniel Gallo
Diretor

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA